

AVANÇOS E TROPEÇOS DO MERCOSUL: UM DEBATE SOBRE OS QUINZE ANOS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL

Elói Martins Senhoras & Claudete de Castro Silva Vitte

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) – Instituto de Geociências (IG)

✉ eloi@ige.unicamp.br, clavitte@ige.unicamp.br

Comitê Acadêmico: *Mercosul e Integração Regional*.

Resumo

Inserido no debate dos 15 anos de formalização do Mercosul, o trabalho analisará o processo de integração transnacional com o objetivo de fazer uma revisão sobre alguns tópicos de interesse que permitam caracterizar a evolução e desempenho do bloco nas suas dimensões política, econômica e institucional.

O estudo objetiva introduzir a ótica da geografia das relações internacionais na discussão sobre o processo de construção da integração regional do Mercosul, a fim de identificar as estratégias econômicas e políticas que definem as relações e lógicas espaciais de poder *intra* e *inter* territórios e fronteiras, que redesenham constantemente os contornos do bloco.

Ademais, o trabalho objetiva identificar os indícios de transformação na lógica público-privada nos processos de integração do Mercosul, a partir de uma revisão sobre as principais teorias de integração regional, seus supostos e limites diante de uma diversidade assimétrica que conforma a formação do bloco regional.

Com essa discussão pretende-se fornecer os subsídios adequados para a garantia de pluralidade e o aprofundamento do debate sobre os tortuosos caminhos de evolução da integração do Mercosul e os dilemas atualmente enfrentados no bloco, a fim de contribuir para um melhor entendimento da situação atual e dos problemas que o esquema de integração enfrenta para uma possível revitalização.

Palavras chaves: *Mercosul, integração regional, regionalismo transnacional*.

1- Introdução à Integração Regional

O conceito *região* tem tido uma grande significância na história do pensamento geográfico, enquanto um dos conceitos que estruturou a disciplina em um campo de estudos, e

enquanto conceito que permanentemente esteve associado à renovação da própria geografia, conforme os seus diferentes usos e interpretações.

Dentro desse contexto e devido aos controversos significados e instrumentalizações do conceito, o presente artigo vai estudar o termo região dentro do referencial das relações internacionais, através dos termos *regionalismo*, *regionalização aberta* ou *integração regional transnacional*, que são processos multifacetados de formação de blocos de países que compartilham os mesmos valores ou objetivos, a partir de ações engendradas pela lógica econômica do mercado e/ou dos Estados-Nações soberanos, ao estabelecerem voluntariamente instituições para governança coletiva.

Enquanto processo formal, a integração regional transnacional pode adquirir diferentes formas institucionais e diferentes níveis de profundidade, podendo ir de uma zona de livre comércio, passando por uma integração aduaneira, e finalmente podendo alcançar a integração econômica e integração física e talvez a política, o que confere ao regionalismo a característica de ter se tornado um fenômeno centrípeto, que envolve o movimento de países em direção a uma maior integração mútua.

Tabela 1 - Tipologia de Integração Regional

<i>Acordo de livre-comércio</i>	Ausência de barreiras tarifárias e não-tarifárias entre os países. Nesse tipo de acordo os países participantes podem concordar em abolir totalmente todas as barreiras internas ao comércio entre eles.
<i>União aduaneira ou alfandegária</i>	É um passo adiante em relação à área de livre-comércio, pois estabelece tarifas externas comuns para produtos importados de terceiros países
<i>Mercado comum</i>	É um passo além da união aduaneira, uma vez que estabelece a livre circulação de trabalhadores, serviços e capitais e implica maior coordenação das políticas macroeconômicas, além da harmonização das legislações nacionais (trabalhista, previdenciária, tributária, etc)
<i>União econômica</i>	Prevê uma moeda e um Banco Central único para os países do bloco. Para o seu funcionamento efetivo, os países devem possuir níveis compatíveis de inflação, déficit público e taxa de juros; as taxas de câmbio se tornam fixas entre esses países
<i>Integração física</i>	Prevê a construção de infraestrutura transnacional a partir de redes integradas de base logística e energética compartilhadas entre diversos países de uma região.
<i>União política ou confederação</i>	É o grau máximo de integração, onde os poderes legislativo, executivo e judiciário dos Estados-membros são vinculados ao abrir mão de suas soberanias individuais para dar lugar a uma nova nação soberana que é o somatório das nacionalidades.

Fonte: Elaboração própria. Baseada em Beçak (2000).

A primeira fase do regionalismo na América do Sul iniciou-se nos anos 50 e 60, quando a Europa começava o processo de construção da União Européia e a CEPAL liderava o pensamento sobre ao desenvolvimento da região latino-americana. Essa concepção de desenvolvimento regional estava alinhada com as teorias da CEPAL, em que a estratégia de desenvolvimento baseava-se no modelo de Substituição de Importações (SI). A partir dessa proposição, passa-se a considerar a integração regional como meio de se alcançar economias de escala. Entretanto, existiam dois obstáculos que impediriam esse modelo de alcançar o êxito: o tamanho limitado dos mercados internos e a não construção de uma integração física.

Em meados da década de 1980, a maioria dos países na América do Sul havia abandonado o modelo de Substituição de Importações e adotado um novo paradigma desenvolvimentista que se baseava na promoção das exportações, liberalização do mercado,

privatização, democracia, adoção de políticas para atrair o Investimento Direto Estrangeiro (IDE) e em uma segunda geração de integração, o regionalismo aberto.

Observa-se, na segunda onda regionalista, a multiplicação dos acordos comerciais regionais, como consequência do processo de revitalização dos antigos acordos e do surgimento de novos acordos. O Mercado Comum do Sul (Mercosul), criado em 1991 tornou-se o exemplo clássico dos novos acordos regionais.

Dentro da segunda onda regionalista na América do Sul, o estudo, ao direcionar especial atenção ao Mercosul na determinação da trajetória de integração regional, pretende avaliar os avanços e percalços logrados pelo bloco ao longo dos 15 anos desde sua criação formal a partir de dois recortes basilares.

Em um primeiro recorte, se parte de um exame dos primeiros passos da integração regional, seus motivos e desafios enfrentados pelos países. Em um segundo recorte, são expostos os principais debates surgidos na própria dinâmica do processo, que ajudam a explicar o estado de incerteza sobre o futuro do bloco e o papel de Brasil e Argentina nesse processo de *aproximação e distanciamento* dentro do Mercosul .

2 - Da Aproximação à Integração: O Processo de Formação do Mercosul

As iniciativas para a integração efetiva do Mercosul não são novas na história, uma vez que a proximidade geográfica e a complementaridade econômica sempre foram estímulos permanentes para um contínuo impulso integrador, apesar da ambivalência crônica de convivência que alternava ciclicamente entre situações de conflito e de cooperação.

Anterior à efetivação do Mercosul, várias intenções já haviam sido promovidas ao longo do século XX, tais como os esforços do Barão de Rio Branco e de Roque Saenz Peña para a criação do Pacto ABC (Argentina-Brasil-Chile), o acordo Ruiz Guiñazú-Osvaldo Aranha, a retomada das idéias do ABC com os presidentes Perón e Vargas ou a nova iniciativa integradora dos presidentes Frondizi e Quadros.

Apesar de serem propostas estimulantes, nenhuma dessas intenções de integração enumeradas chegaram a se concretizar, algumas vezes devido à interferência estrangeira, outras vezes devido a problemas políticos ou econômicos internos.

Mas foi somente nos anos 80, com o fortalecimento e concretização do processo democrático na América do Sul e a aparição de novas tendências na economia, que agendas de integração entre Argentina e Brasil voltam a aparecer, substituindo velhos esquemas de concorrência e conflito por iniciativas de confiança e cooperação.

A partir de 1985, com a posse de Sarney no Brasil, e dada a anterior volta à democracia na Argentina, fortaleceu-se a sintonia política entre os dois países, com o restabelecimento da democracia, que foi um fator decisivo no impulso à integração e cooperação.

Se na década de 80, o ponto definitivo para uma inflexão entre as relações bilaterais acontece com os presidentes Sarney e Alfonsín, já na década de 90, a força motora de integração no Mercosul é engendrada pelo consolidado eixo Argentina-Brasil, dos presidentes Meném e Fernando Henrique.

Esse esforço de integração, que resultou na criação do Mercosul, apontava para a ampliação do seu espaço econômico, favorecido pela contiguidade geográfica, ao longo da plataforma continental, cujo eixo – Rio de Janeiro-São Paulo-Córdoba-Rosário-Buenos Aires – constituiria a região de maior desenvolvimento do subcontinente.

Os acordos entre Argentina e Brasil criaram um precedente positivo para a região, que logo fora capitalizada com a inclusão do Uruguai e do Paraguai na conformação de um projeto de integração mais ambicioso em 1991, o Mercosul.

Tabela 2 - Hipóteses para a Formação do Mercosul

<i>Tipo de hipóteses</i>	<i>Motivação para a integração</i>	<i>Membros do Mercosul</i>
<i>Geopolítica</i>	Integração para reduzir o dilema da segurança sub-regional	Argentina e Brasil
<i>Economia Política</i>	Integração para aumentar a competição econômica externa	Argentina, Brasil e Chile
<i>Orientação Doméstica</i>	Os atores das economias domésticas pressionam pela maximização dos seus ganhos através do comércio	Argentina, Brasil, Bolívia e Chile
<i>Institucionalização da democracia</i>	As regras da integração tornam a democracia um pré-requisito para a participação, portanto reduzindo as possibilidades de reversão do regime	Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai

Fonte: Elaboração própria. Adaptada de Kaltenthaler & Mora (2002).

O acordo de integração regional foi um processo originado nas esferas diplomáticas, mas que sempre teve como motivação básica sua importância potencial ou efetivamente econômica. Nesse sentido o Mercosul constitui-se em um regionalismo aberto *de jure* e *de fato*, embora a segunda dimensão tenha prevalecido sobre a primeira, devido ao maior avanço econômico *vis-à-vis* o desenvolvimento político-jurídico.

O Mercosul, terceiro maior bloco regional de comércio no mundo depois da União Européia e do NAFTA, representou a união de dois projetos simultâneos: um político, definido pelo compromisso democrático dos membros participantes, e o outro econômico, focado na liberalização e na abertura comercial entre os membros regionais e com a economia global.

Hoje a integração regional do Mercosul contém aproximadamente uma população de 250 milhões de pessoas, contabilizando com aproximadamente 50% do produto industrial e das exportações da América Latina. Esses números demonstram os ganhos de escala trazidos pela integração regional.

3 - Trajetórias Tortuosas na Construção do Mercosul

O Mercosul, resultado de um aprofundamento nas relações de Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai é um projeto de integração subregional orientado pelo conceito de regionalismo aberto, que veio a marcar, na América do Sul, o fim de regimes militares, em um contexto de crise do paradigma leste-oeste - que dividiu o mundo entre Estados Unidos e União Soviética - bem como, a emergência de um cenário internacional globalizado e sob a supremacia econômico-militar norte americana.

É possível chegar a duas conclusões principais a respeito dos tortuosos relacionamentos entre os países dentro do bloco ao longo dos anos de existência do Mercosul. A primeira conclusão seria positiva, considerando o conjunto de novos atores, interesses e temas que passam a integrar o relacionamento entre os países; já a segunda conclusão seria pessimista, observando a recorrência de aspectos fragmentares, incentivados por rivalidades entre os países e que inviabilizam a consolidação de uma aliança bilateral entre eles.

Essas conclusões que incorporam uma dupla percepção do desenvolvimento do Mercosul poderiam ser sistematizadas em quatro temas, que seriam: a) o desenvolvimento econômico, b) a projeção internacional, c) a estabilidade democrática regional e, finalmente d) a cooperação bilateral.

As percepções conflitantes entre os países do Mercosul se dariam no âmbito do desenvolvimento econômico e inserção internacional, enquanto os esforços para a manutenção da estabilidade democrática regional e para a cooperação bilateral seriam plataformas para o entendimento mútuo e construção de um projeto associativo.

No primeiro caso, a tendência realista¹ do relacionamento está presente nos conflitos em que os países, que buscam manter os interesses nacionais, acima do propósito de cooperação ou integração regional.

No segundo caso, um neoliberalismo de interdependência complexa² pode ser identificado nos esforços dos países para manter a estabilidade democrática e nas iniciativas para cooperação bilateral em diversos temas da agenda internacional.

Dentro desse quadro relacional de agendas temáticas dos países no Mercosul, compreende-se que se por um lado a aproximação estratégica entre Brasil e Argentina e posteriormente com a adesão do Paraguai e Uruguai tratou-se de um processo de fortalecimento da atuação de seus Estados Nacionais, com a democratização, e constitui-se em uma opção de integração regional alternativa às puras exigências multilaterais da globalização neoliberal na década de 90, por outro lado criou novos formatos assimétricos de poder e dominação em escala sub-regional e dentro do próprio Mercosul.

4 - As Etapas de Avanços e Tropeços na Evolução do Mercosul

Os grandes marcos evolutivos do Mercosul podem ser balizados em três etapas com características muito específicas, cuja a participação dos maiores países, Brasil e Argentina, teve uma significativa repercussão sobre o bloco.

Na primeira etapa, da segunda metade dos anos 80 a meados dos anos 90, aconteceu uma importante aproximação entre a Argentina e o Brasil, que se firmou em uma grande quantidade de acordos bilaterais setoriais e na própria constituição e consolidação do Mercosul, com a adesão do Paraguai e do Uruguai.

¹ Para a teoria realista, o fator que dimensiona a atuação dos Estados na esfera internacional é a luta pelo seu interesse próprio e a desconfiança em relação ao outro Estado, procurando, assim, sempre garantir a obtenção do poder e a preservação de sua existência (Hage, 2004: 35-36).

² O neoliberalismo de interdependência complexa tem como premissas: a existência de canais interestatais, transgovernamentais e transnacionais conectando as sociedades; a multiplicidade de temas na agenda internacional, sem a existência de uma hierarquia definida; o não emprego de forças militares entre as partes em situações ou temas em que exista uma relação de interdependência complexa (Keohane & Nye, 1989: 24-25).

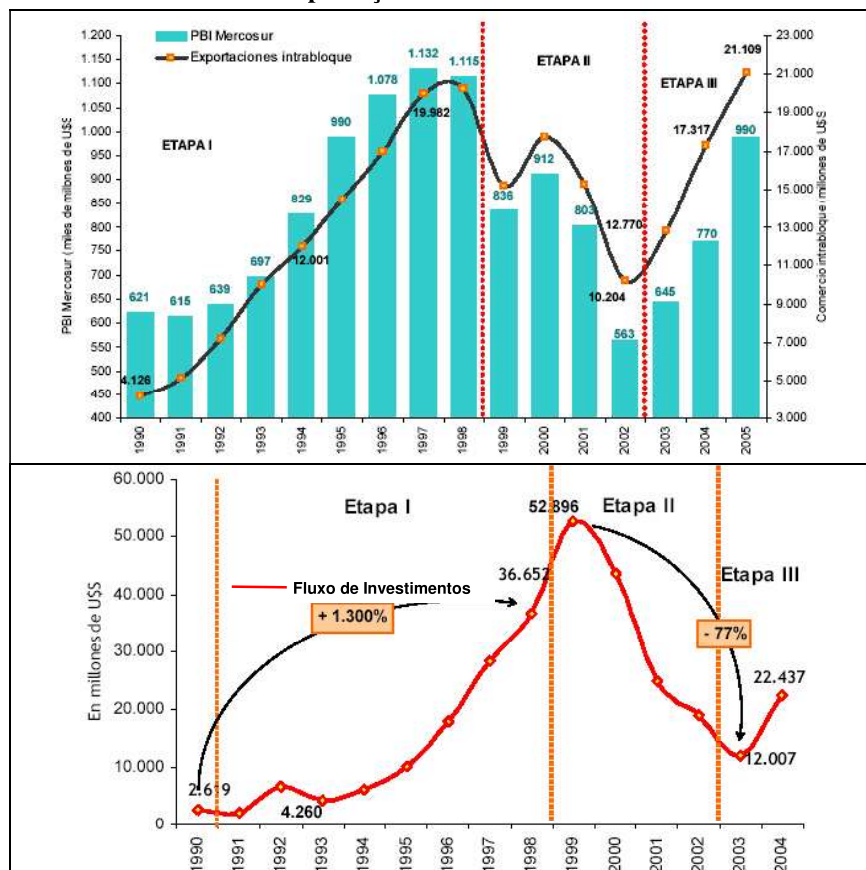
Tabela 3 - Etapas Evolutivas do Mercosul

1º Etapa	Existe um simultâneo crescimento econômico, comercial e institucional intra-bloco no Mercosul. Todos os países do bloco tiveram importantes desempenhos macroeconômicos. Os fluxos de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) nos países do Mercosul são elevados, diante das reformas estruturais e privatizações que marcaram a abertura de suas economias no período.
2º Etapa	Existe uma retração econômica e comercial e um estancamento na progressão institucional do Mercosul. Diante de uma subsequente crise nos mercados emergentes, todos os países do bloco tiveram desempenho macroeconômico negativo e uma significativa reversão dos fluxos de IDEs, embora de forma assimétrica. Argentina e Uruguai tiveram maior instabilidade do que Brasil e Paraguai. Os capitais externos abandonam a região e se concentram nos países do Leste Asiático.
3º Etapa	Existe uma retomada da expansão econômica do Mercosul, com um novo perfil de crescimento comercial extra-bloco e sem grandes avanços institucionais. Todos os países têm melhores indicadores macroeconômicos diante da retomada da liquidez internacional. Com o fim da crise internacional e o fim das privatizações nos países do Mercosul, há um reingresso paulatino dos fluxos de capitais externos a um nível comparável à 1ª etapa.

Fonte: Elaboração própria. Baseada em Sica (2006).

De uma primeira etapa positiva, a partir de 1998, o Mercosul passou a uma segunda etapa, em que houve um retrocesso comercial e uma paralisia institucional do bloco diante da crise internacional que afetou bruscamente os países da América Latina e o Brasil, culminando na desvalorização brasileira que criou uma série de *spill-over* negativos que repercutiram nos balanços comerciais e no câmbio dos outros países do bloco, em especial da Argentina, o que veio a agravar os seus problemas que apareceriam explicitamente em uma profunda crise em 2001.

Gráfico 1 - Mercosul: PIB e Exportações Intra-bloco/Investimento Direto Estrangeiro



Fonte: Sica (2006: 08, 10)

“A crise cambial brasileira e a desvalorização do Real em janeiro de 1999 trouxeram um agudo componente de fragilidade à idéia da definitiva consolidação e ampliação do Mercosul, baseada que estava na idéia da estabilidade dos preços relativos. A queda rápida do comércio intra-países em quase 30%, o movimento de transferência de instalações industriais da Argentina para o Brasil e introdução de forte instabilidade na política cambial argentina são os indícios mais evidentes” (Dupas, 2003: 106).

A coexistência de taxas de câmbio fixas com caixa de conversão na Argentina e um regime de câmbio flutuante com forte política de esterilização como no Brasil colocaram em dúvida a sustentabilidade da integração regional no âmbito do Mercosul, uma vez que por meio da interação entre diferentes regimes o impacto de choques externos comuns aos países da região foram suavizados no Brasil e amplificados na Argentina.

Observa-se, portanto, que a desvalorização brasileira do Real e a posterior desvalorização argentina do Peso agravaram as assimetrias dentro do bloco e contribuíram para criar um clima de incerteza *de facto* nas operações comerciais e *de jure* no avanço institucional.

Ademais, a política monetária assimétrica entre o Brasil e a Argentina produziu efeitos de longo prazo adversos no padrão de comércio e outras variáveis-chaves de integração econômica no Mercosul.

Com o fim da crise, a partir do ano de 2002, os países do bloco do Mercosul retomam um período de crescimento, embora dessa vez impulsionados pela dinamização comercial extra-bloco, diante dos diversos acordos firmados de forma bilateral pelo Brasil e pela Argentina com o bloco regional da Comunidade Andina e com outros países na Ásia.

Na terceira etapa evolutiva, observa-se no Mercosul características muito peculiares, sendo destacado o processo de *multilateralização do regionalismo*, através de um retorno a uma estratégia de negociação bilateral, engendrada pela Argentina e pelo Brasil, o que leva a um avanço muito lento nas agendas de aumento de institucionalização do bloco, provocando protestos dos sócios menores, Paraguai e Uruguai, o que resultou recentemente em uma agenda para instalação de um parlamento permanente.

A partir da migração do conceito de realismo das relações políticas internacionais para as relações comerciais internacionais, compreende-se a *multilateralização do regionalismo*, quando os dois principais membros do Mercosul defendem interesses nacionais no campo comercial, quando procuram abrir novos meios de exportação, ou quando resistem em abrir mão de suas vantagens no intercâmbio comercial diante de uma maior integração regional.

5 - Últimas Considerações à Guisa de Conclusão

Indubitavelmente, em um quadro desenvolvimentista, uma das mais significantes transformações correntes no Cone Sul da América Latina foi a inauguração do Mercosul, que embora não tenha sido a primeira experiência de regionalismo aberto latino-americano, foi certamente aquela que mais evoluiu seja em sua institucionalidade (integração *de jure*) seja em termos da maior densidade dos fluxos econômicos (integração *de facto*).

O aparato normativo e institucional consubstanciado no Tratado de Assunção em 1991 e nas decisões, resoluções e diretrizes tomadas no âmbito do Conselho, Grupo e Comissão de

Comércio, respectivamente, conceberam e moldaram o Mercosul como uma experiência de regionalismo aberto (Correa, 2001).

É importante reconhecer que a criação do Mercosul, não representa “uma varinha de condão que vai varrer, da noite para o dia, os problemas acumulados em décadas de crescimento orientado para dentro ou de intervencionismo paternalista. O processo de integração não vai resolver, por si só, os nossos dilemas de desenvolvimento” (Almeida, 1998: 16).

Apesar das crises graves enfrentadas pelo Brasil e pela Argentina, o Mercosul representou um esforço importante para compatibilizar a agenda interna e a agenda externa da modernização, que se fez necessária em função do esgotamento do modelo do Estado e da economia baseado na substituição de importações, tornando-se uma plataforma de inserção competitiva numa economia mundial que simultaneamente se globaliza e se regionaliza em blocos.

Uma característica fundamental desse bloco regional foi sua natureza centrífuga nos moldes de um regionalismo aberto, uma vez que a dimensão econômica intrabloco, embora crescente e significativa, nunca fora preponderante sobre a dimensão extra-bloco.

A progressiva abertura e liberalização das economias do Mercosul, dentro de um contexto de crescente competitividade e de busca de capitais, pano de fundo para os esforços integracionistas, abriu caminho para a formação de um mercado regional ampliado, cuja lógica da ação coletiva para o desenvolvimento procura consolidar-se para dentro do bloco de modo a aumentar sua capacidade negociadora para fora.

Dentro desse contexto, o Mercosul é entendido através das possibilidades que este bloco pode oferecer aos Estados membros, dando a estes um novo papel político, uma maior capacidade de ação e fortalecendo, portanto, suas soberanias, tanto no âmbito interno – onde as unidades políticas determinam os rumos de desenvolvimento dos respectivos países, quanto no comércio internacional – onde atuam de forma mais ativa, tornando-se mais competitivos.

Se analisada a estrutura institucional do Mercosul, criada no Protocolo de Ouro Preto em 1994, evidencia-se que apesar do bloco explicitar a adesão a uma política de abertura comercial, a instância decisória se mantém nas mãos dos Estados-membros, restringindo a participação dos setores privados apenas às instâncias consultivas (Baptista, 1998).

Esta medida, se por um lado coloca obstáculos à participação da sociedade no bloco, por outro lado, assegura a importância estatal, principalmente do Brasil e Argentina, na configuração regional garantindo que os interesses domésticos, e não apenas os de grupos específicos, sejam atendidos.

Com o Protocolo de Ouro Preto (1994) o Mercosul ganhou personalidade jurídica de direito internacional passando a ser uma entidade distinta dos países que o integram, estando, portanto, apto para negociar com terceiros países, outros blocos ou com organismos internacionais. Apesar de sua natureza distinta, o Mercosul possui uma estrutura orgânica intergovernamental, ou seja, são os governos que negociam entre si, através de consensos, as decisões do bloco – não existindo, portanto, nenhum órgão supranacional.

Sob este modelo institucional minimalista assentado sob uma estrutura orgânica intergovernamental, quanto maior o país, maior é o poder de veto sobre as regras do processo,

que tendem como resultado a convergir em um baixo denominador comum, refletindo os interesses principalmente do Brasil, que é o país líder enquanto representatividade política e econômica.

Nesse contexto, a defesa da agregação de componentes de supranacionalidade no Mercosul, pelo Uruguai e o Paraguai, respondem ao interesse de afiançar a condição de isonomia jurídica como forma de contrabalançar as assimetrias econômicas em relação aos dois sócios maiores, Argentina e o Brasil (Vaz, 2002).

Apesar das tentativas dos dois sócios menores, a posição do Brasil e da Argentina de manterem a isonomia simplesmente com o uso de uma estrutura intergovernamental embasando-se no consenso enquanto forma de tomada de decisões, sem contudo criar instituições supranacionais, é a que foi mantida.

A recusa do Brasil e da Argentina no que concerne à criação de instâncias supranacionais no Mercosul através de uma maior institucionalização do bloco mostra o interesse desses países em manter intocada a soberania do Estado.

Analisando as características do comércio intra-regional do Mercosul, observa-se que as perspectivas de benefícios e aumento da competitividade são altas. Isso é constatado através da pauta exportação, que consiste basicamente de produtos manufaturados e do comércio intra-industrial.

Em estudo de Sabbatini (2001), comparando os resultados dinâmicos de uma inserção comercial unilateral e de uma inserção preferencial através do acordo regional de integração do Mercosul, conclui-se que ele representou uma estratégia de liberalização mais adequada para a inserção comercial da estrutura produtiva nacional por dois motivos: a) configurou-se como um bloco construtivo ao multilateralismo (*building block*), portanto afeito aos ditames do regionalismo aberto, não prejudicial a terceiros países; e b) tornou-se um mercado importante para setores industriais mais sofisticados, o que permitiria uma crescente capacitação do conjunto produtivo brasileiro rumo a uma futura liberalização mais ampla, permitindo, por sua vez, uma inserção menos passiva na nova ordem mundial.

Conforme demonstrado no caso do Mercosul, o resultado dos efeitos dinâmicos do processo de integração entre países com grau similar de desenvolvimento é potencialmente elevado e extremamente importante para incrementar o grau de competitividade e de desenvolvimento dos países membros, o que justificou gradual adesão e especial atenção aos perigos de uma integração assimétrica Norte-Sul como a ALCA.

Tabela 4 - Análise Comparativa entre o Mercosul e a Alca

<i>Mercosul</i>	<i>Alca</i>
Representa um processo real de aproximação de posições entre países que já partilham de uma história comum e de relativo sucesso	Representa uma hipótese de trabalho e a expressão de um processo negociador de difícil realização por envolver nações de tradições diversas
É uma decisão fundamentalmente política apoiada em decisões de caráter econômico	É uma proposta essencialmente econômica que se tenta implantar de forma política
Emerge como um exercício de convergência de interesses entre países situados, <i>grosso modo</i> , num mesmo patamar de desenvolvimento econômico	Tenciona nivelar o terreno assimétrico entre economias e sociedades que ostentam enormes diferenças estruturais entre si – um confronto entre uma potência e outros mais de 30 países em desenvolvimento
Pratica um esforço de autocontenção nos litígios internos, utilizando um mecanismo de administração política das controvérsias ligadas ao comércio recíproco	Deve ostentar instâncias resolutivas dos conflitos comerciais autônoma e independente dos governos.

Fonte: Almeida (2001).

Dentro desse cenário, com o avanço das discussões na agenda à la carte da Alca, a consistente estrutura institucional atual do Mercosul e o caminhar constante do bloco rumo a uma integração cada vez mais profunda - apesar dos percalços enfrentados - tem feito o Mercosul a buscar, nos últimos anos, negociações com a União Européia, com a América Latina, em especial com a ALADI, aproveitando vantagens regionais e consolidando laços políticos e econômicos com os vizinhos do bloco.

Embora os acordos assinados pelos países no âmbito do Mercosul criem um ambiente propício para a cooperação entre os principais países da América do Sul, há, certamente, grande inconsistência na definição dos interesses do bloco. Para romper a dinâmica do “avança e estanca” é preciso que exista o mínimo de coordenação de interesses comuns intrabloco em detrimento das disputas infundáveis entre Brasil e Argentina que refletem, claramente, os interesses de determinados setores das sociedades brasileira e argentina.

6 – Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, P. R. “Mercosul e Alca na Perspectiva Brasileira: Alternativas Excludentes?”. In: LIMA, M. C. (org.). **O Lugar da América do Sul na Nova Ordem Mundial**. São Paulo: Cortez, 2001.
- ALMEIDA, P. R. **Mercosul : Fundamentos e Perspectivas**. São Paulo: LTr, 1998.
- BAPTISTA, L. O. **O Mercosul, suas instituições e ordenamento jurídico**. São Paulo: LTr, 1998.
- CORREA, L. F. N. **O Mercosul e a OMC: Regionalismo e Multilateralismo**. São Paulo: LTr, 2001.
- DUPAS, G. “Identidade, soberania e integração sob o impacto das novas tensões econômicas globais”. In: CARDIM, C. H. & HIRST, M. (orgs). **Brasil-Argentina: A Visão do Outro – Soberania e Cultura Política**. Brasília: IPRI/FUNAG, 2003.
- HAGE, J. A. A. **As Relações Diplomáticas entre Argentina e Brasil no Mercosul: princípios de hegemonia, dependência e interesse nacional no Tratado de Assunção**. Curitiba: Juruá, 2004.
- HIRST, M. “A amizade Argentina-Brasil, 20 anos depois do Encontro de Foz do Iguaçu”. In: **El Clarín**. Buenos Aires, 28.11.2005.
- KALTENTHALER, K. & MORA, F. O. “Explaining Latin American economic integration: the case of Mercosur”. **Review of International Political Economy**, vol. 9, nº 1, 2002.
- QUINTELLA, T. M. M. “Introdução”. In: CARDIM, C. H. & HIRST, M. (orgs). **Brasil-Argentina: A Visão do Outro**. Brasília: IPRI/FUNAG, 2003.
- SABBATINI, R. C. **Regionalismo, multilateralismo e Mercosul: Evidência da inserção comercial brasileira após alguns anos de abertura**. Campinas: Ie-Unicamp, 2001.
- SICA, D. “Mercosur: Evolución y perspectivas”. **Anais do Seminário 15 años de Mercosur: Evaluación y perspectivas**. São Paulo: Memorial da América Latina, 2006.
- VAZ, A. C. **Cooperação, integração e processo negociador - a construção do Mercosul**. Brasília: IBRI, 2002.